



CLIPPING



19 de
OUTUBRO
2022

REPÓRTER

70

> REFUGIADOS CARTILHA

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) lançaram a cartilha “O Ministério Público Estadual e os direitos de pessoas indígenas refugiadas e imigrantes”. A publicação trata de temas como os direitos das pessoas refugiadas e as atribuições do Ministério Público Estadual em relação aos povos indígenas, refugiados e imigrantes.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

NAUFRÁGIO EM COTIJUBA

CRIANÇA DE 4 ANOS É A 23ª VÍTIMA DA TRAGÉDIA

PERÍCIA - Após o resultado do exame de DNA, família leva menina para Salvaterra, no Marajó

CAMILA GUIMARÃES, SAUL ANJOS E ANA LAURA CARVALHO

DA REDAÇÃO

Familiares de Sofia Loren Andrade dos Santos, 4 anos, última vítima encontrada entre os passageiros da lancha "Dona Lourdes II", naufragada desde o dia 8 de setembro na baía do Marajó, próximo à ilha de Cotijuba, estiverem ontem em Belém para buscar o corpo da criança que teve a identidade confirmada após o resultado do exame de DNA.

A Polícia Científica do Pará (PCP), por meio da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (Segup), confirmou que o resultado do exame deu posi-

tivo. O corpo da menina foi levado em uma lancha para Salvaterra, onde a família mora, ainda na tarde de ontem, segundo familiares da menina. O enterro está marcado para ocorrer hoje.

Segundo Raimunda dos Santos, mãe de Sofia, a confirmação do resultado do DNA foi feita à família na segunda-feira (17). "A gente já sabia que seria o corpo dela, o exame só deu a confirmação. Agora a gente está indo lá para o Renato Chaves buscar o corpo", relata Raimunda.

A Segup disse, em nota, que o Estado deu todo o suporte para o traslado do corpo até o município de Salvaterra, no Marajó.

A menina vinha sendo procurada por equipes de

Como reconhecimento, naufrágio passa a contabilizar 66 sobreviventes e 23 mortos

busca do Corpo de Bombeiros do Pará (CBMPA) desde o dia do naufrágio, em 8 de setembro deste ano. Depois de mais de um mês de procura, realizada por mergulhadores no interior da embarcação naufragada. O corpo foi localizado em uma praia próxima ao município de Abaetetuba, nordeste do Estado. No dia 4 de outubro, os restos mortais foram trazidos a Belém para passar por perícia e exame de DNA.

Com a confirmação da identidade de Sofia, após a divulgação do resultado de DNA, a criança se torna a 23ª vítima do naufrágio. Ela já era o último nome do re-

clame de pessoas procuradas por familiares da Segup desde o dia 13 de setembro. Com o reconhecimento do corpo de Sofia, o naufrágio passa a contabilizar, no total, 66 sobreviventes e 23 mortos (13 mulheres, seis homens e quatro crianças).

COMANDANTE

Em nota, a Segup reforça que um inquérito referente ao caso foi concluído pela Polícia Civil e remetido ao Poder Judiciário, no qual foi indicado que o comandante da embarcação, Marcos de Souza Oliveira, de 34 anos, deve responder por homicídio doloso e crime maríti-

mo. O mesmo segue preso, à disposição da Justiça.

Outro elemento importante das investigações continua sendo a retirada da embarcação do fundo do rio, operação para a qual deve ser aberto um novo processo licitatório amanhã conforme adianta a Segup: "A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social reitera que o processo licitatório para reflutuação da embarcação foi publicado novamente e terá abertura prevista para o próximo dia 20 de outubro, entretanto será analisado, uma vez que o corpo da criança, a última reclamada, foi encontrado e identificado".



A menina vinha sendo procurada por equipes do Corpo de Bombeiros desde 8 de setembro

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ministério Público recomenda que todo efetivo da PM fique de prontidão no dia 30

O Ministério Público do Estado (MPPA), por meio da Coordenadoria do Núcleo Eleitoral do MPPA e 2ª Promotoria de Justiça Militar, expediu as Recomendações Conjuntas nºs 03 e 04/2022 aos Comandantes Gerais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, respectivamente, para que determinem prontidão a todo efetivo de suas corporações no dia 30 de outubro, em razão do segundo turno das eleições presidenciais. Assinam as recomendações os Promotores de Justiça José Edvaldo Pereira Sales (Núcleo Eleitoral) e Armando Brasil Teixeira (2º PJ Militar).

A medida foi tomada pelos integrantes do Ministério Público ao considerar o acirramento das disputas políticas que pode vir a acontecer durante o segundo turno das eleições presidenciais, que ocorrerá no próximo dia 30. “O caráter preventivo das medidas expostas nas recomendações em tela a serem implementadas objetivam a salvaguarda de interesses, direitos e bens tutelados pelo Ministério Público”, pontuam os promotores de Justiça. Os comandantes da Polícia e dos Bombeiros devem informar, no prazo de 48h, resposta por escrito às recomendações em razão da urgência do pleito eleitoral.



Para o MP, é importante garantir a segurança do pleito eleitoral neste segundo turno FOTO: IRENE ALMEIDA

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

VENDA DE IMAGENS E VÍDEOS ÍNTIMOS NA INTERNET SUSPEITO É PRESO PELA PC

Operação Exposed combate crimes de divulgação e venda não consentida de conteúdo sexual, e falsa identidade, ambos praticados por meios virtuais



Investigações levaram os policiais até o suspeito. Também foram apreendidos cartões, chips e aparelho celular

FOTOS: DIVULGAÇÃO

MARITUBA

A Polícia Civil do Pará, por meio da Divisão de Combate a Crimes Contra Grupos Vulneráveis Praticados por Meios Cibernéticos (DCCV), deflagrou, ontem (18), a quinta fase da operação denominada "Exposed". Na ocasião, foram cumpridos mandados de prisão e busca e apreensão destinados à investi-

gação e repressão dos crimes de divulgação e venda não consentida de conteúdo sexual, e falsa identidade, ambos praticados por meios virtuais.

Durante a ação policial, ocorrida no município de Marituba, na Região Metropolitana de Belém, um homem foi preso. De acordo com a delegada Lúcia Figueiredo, titular da DCCV, "as investigações apontaram que o investigado estaria comercializando imagens e vídeos íntimos

de uma vítima na internet, assumindo a identidade de uma mulher para obter vantagens financeiras", explicou.

Após o cumprimento do mandado de busca e apreensão, foram apreendidos cartões bancários, chips de telefone e o aparelho celular do investigado. Todo o material apreendido será periciado e anexado ao inquérito policial.

A delegada Vanessa Lee, titular da Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos



(DECC), explicou que a Operação Exposed tem por objetivo combater a prática de crimes contra a dignidade sexual praticados por meios cibernéticos no Estado do Pará. Ainda segundo ela, as diligências policiais vão prosseguir a fim de identificar outras pessoas envolvidas neste tipo de prática criminosa.

DENÚNCIA

Denúncias de casos similares podem ser feitas pelo disque denúncia 181, ou presencialmente, na sede da Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos, que fica localizada na Avenida Pedro Miranda, 2.288, bairro da Pedreira, em Belém.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça do Pará firma protocolo de combate à tortura de custodiados do sistema penitenciário

Acordo de cooperação foi firmado entre o Tribunal de Justiça (TJPA), o Governo do Estado e órgãos do Sistema de Justiça do Pará. Cada um terá atribuições para prevenir e combater a tortura de pessoas em privação ou restrição de liberdade



O Liberal

18.10.22 12h14



Na última segunda-feira, 17, o Poder Judiciário do Pará, junto ao Governo do Estado e órgãos do Sistema de Justiça firmaram um **Acordo de Cooperação Técnica (ACT)** que visa determinar ações coordenadas de **combate e prevenção à tortura** de pessoas **custodiadas pelo sistema penitenciário** do estado, sejam elas em situação de **privação ou restrição de liberdade**.

Cada um dos **órgãos participantes** do projeto passa, então, a ter **atribuições** específicas, no caso de **denúncia e/ou constatação de indícios de tortura**, delimitadas no acordo de cooperação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Na avaliação do supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), desembargador José Roberto Bezerra Júnior, o acordo simboliza dizer que o Estado não vai tolerar a prática de tortura contra custodiados:

"É um dia em que se forma um pacto, não só de combate, mas de prevenção à tortura. É um trabalho que foi construído ao longo de três anos, e hoje alcança um patamar decisivo - este termo de adesão - mas que não se encerra, é apenas um ponto de partida", comenta.

Comissão deve ser criada para coordenar atividades

Para executar as ações previstas no protocolo, uma **Comissão Executiva** deverá ser criada. O órgão será responsável por **organizar o plano de trabalho e o cronograma** de implementação das práticas de **prevenção e combate à tortura** para as instituições signatárias, devendo também apoiar a implementação do Sistema Estadual de Prevenção e Combate à Tortura.

Também será atribuição da Comissão Executiva promover **capacitações sobre o tema**, acompanhar projetos desenvolvidos pelas instituições signatárias e avaliar a necessidade de instauração da **Comissão de Inquérito Especial**, que será instaurada de forma excepcional para acompanhar casos de denúncia de prática de crime de tortura.

Integrantes e atribuições

Os participantes do acordo são o Tribunal de Justiça (TJPA), o Governo do Estado do Pará; a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (Segup), a Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (Seaster), a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), a Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (Sespa), a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), a Defensoria Pública (DPE-PA), o Ministério Público (MPPA), a Polícia Científica do Pará (PC) e a Ordem dos Advogados do Brasil do Pará (OAB-PA).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ao TJPA, ficou estabelecida a obrigação de **recomendar aos juízes de competência criminal** e de **corregedoria de presídios** que, recebendo a notícia de tortura em preso em processo de sua competência ou em estabelecimento penal de sua área de jurisdição, **determinem a imediata apuração dos fatos**, pela **Polícia Civil (PC)** e pelo **Ministério Público (MP)**.

O Tribunal também deve **acompanhar os resultados das investigações policiais**, junto à Corregedoria-Geral de Justiça, à Comissão Estadual de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) e à Ouvidoria do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Reprodução/Raoni Libório/Unicef

MPPA realiza Semana da Criança e do Adolescente a partir desta quarta-feira; confira a programação

POR ROMA NEWS | 19 DE OUT DE 2022, 11:40

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), realizará nos dias 19, 20 e 21 de outubro a VIII Semana da Criança e do Adolescente com o tema “Desafios à Proteção Integral”. O evento é uma iniciativa das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude de Belém, com apoio do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude e, visa discutir com os integrantes da Rede de Atendimento da criança e do adolescente os entraves da atualidade na implementação da proteção integral, especialmente no que concerne a compreensão do orçamento público destinado prioritariamente a infância e juventude bem como o monitoramento que a rede e a sociedade em geral, deve fazer em relação a aplicação efetiva dos recursos na melhoria dos serviços.

Também serão pautados temas como socioeducação e a necessidade de maiores investimentos e fiscalização no que se refere as medidas socioeducativas em meio aberto e violações perpetradas contra o público infantojuvenil e as novidades trazidas pela Lei Henry Borel (n.º 14.344/2022) para o enfrentamento das violências.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A abertura do evento será realizada na Usina da Paz da Cabanagem, no dia 19, as 14h30, com apresentações lúdicas dos alunos das escolas EEEF PANORAMA XXI, EEEFM PROF. JOSÉ VALENTE RIBEIRO, EEEFM CÔNEGO BATISTA CAMPOS, EEEFM PROF. SANTANA MARQUES, EMEF SILVIO LEANDRO, que vão replicar os conhecimentos que receberam, previamente, através das visitas das promotoras de justiça Mônica Rei Moreira Freira, acompanhada pela técnica Cristina de Nazaré Romeiro, Viviane Veras, em conjunto com as técnicas Margarida Maria Oliveira e Márcia Bethânia Vinagre Sales, Ioná Nunes, com o psicólogo Alexandre Theo de Almeida Cruz e Rosilene Lourinho com a técnica Sandra Maria Maia Sampaio, nas referidas escolas, quando foram debatidos temas como Educação, Liberdade, Respeito, dignidade Sexual, dentre outros.

Na ocasião, serão ofertados serviços à população, tanto pelo Ministério Público, através das promotorias de registros público e de família, com orientação jurídica sobre ações de alimentos, guarda, divórcio e reconhecimento de paternidade, também serão realizadas ações de cidadania, como emissão de carteira de identidade, realizada pela Polícia Civil e atendimentos de prevenção à saúde e vacinação oferecidos, Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA), bem com a distribuição de material informativo referente ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Também haverá espaço destinado a apresentação e venda de produtos artesanais confeccionados pelos jovens da FASEPA e, pelas mulheres envolvidas no projeto que busca estimular o empoderamento feminino.

No segundo dia de evento, 20, as atividades irão ocorrer no Auditório da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, com início às 8h30, com o tema “Desafios contemporâneos para a infância e adolescência: aspectos psicossociais, educacionais e jurídicos”, onde serão discutidos temas relacionados a saúde Mental, Drogas, Violência na Escola e o Papel do

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ministério Público, sendo finalizado com a realização de uma roda de conversa com a problemática: Comunicação não violenta na escola e na família.

No último dia de evento, 21, será realizado o Seminário Desafios à Proteção Integral, que terá na Conferência Magna a Palestrante Mirella de Carvalho Bauzys Monteiro – Promotora de Justiça do MPSP, Membro auxiliar da Comissão da Infância, Juventude e Educação do CNMP, após o que, apresentação da segunda mesa com a temática “Orçamento Criança e Adolescente: conhecer e acompanhar”, com a panelista Danielle Cristine Cavali Tuoto, Promotora de Justiça MPPR, seguida da palestra “O fortalecimento das medidas socioeducativas em meio aberto: desafios e possibilidades” apresentada pelo Dr. Gleudson Malheiros Guimarães – Promotor de Justiça MPMA, dando continuidade nos trabalhos, a mesa “As inovações da Lei nº 14.344/22 – Lei Henry Borel”, que tem como palestrante a Dra. Renata Lúcia Mota Lima de Oliveira Rivitti – Promotora de Justiça MPSP, por fim, o painel “A Universidade e o Ministério Público na garantia dos Direitos das crianças e adolescentes”, exposto pelo Prof Dr. Luiz Alberto Gurjão Sampaio de Cavalcante Rocha – UFPA. Ainda no dia 21, os trabalhos serão encerrados com a Apresentação do Coro Cênico da Escola de Teatro e Dança da UFPA, sob direção da Prof.^a M.a. Lúcia Uchoa.

As inscrições para participar da VIII Semana da Criança e do Adolescente, podem ser realizadas até o dia 19 de outubro através do link <https://ceaf.mppa.mp.br/app/learning/courses>

Com informações MPPA.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Reprodução

Dupla acusada de latrocínio é condenada a mais de 35 anos de prisão no Pará

POR ROMA NEWS | 19 DE OUT DE 2022, 07:31

O Tribunal de Justiça do Estado do condenou a mais de 35 anos de prisão os acusados Vandenilson Nascimento Batista e Wanderson Carvalho da Silva pelo crime de latrocínio, roubo seguido de morte. A sentença foi definida após denúncia oferecida pelo Ministério Público do Pará (MPPA).

O crime ocorreu em maio deste ano, quando os denunciados invadiram um ônibus, na Avenida Pedro Álvares Cabral, anunciaram assalto e atiraram em um cabo da Força Aérea Brasileira que estava no veículo e tentou reagir à ação dos bandidos. O ônibus parou perto da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica para pedir socorro, contudo a vítima não resistiu.

Os assaltantes desceram próximo a Av. Rodolfo Chermont, na Marambaia, roubaram uma motocicleta, mas abandonaram o veículo por conta do sistema de alarme, seguindo para a Avenida Almirante Barroso, onde invadiram outro ônibus, realizando um novo assalto.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O ônibus foi interceptado pela Polícia Militar na Rodovia BR-316, próximo a um supermercado. Os criminosos utilizaram os passageiros como reféns. O motorista atuou como mediador do conflito e após três horas os denunciados se renderam.

Junto aos assaltantes foram apreendidas armas de fogo sem numeração, munições e diversos aparelhos celulares roubados, que foram devolvidos às vítimas dos dois assaltos após a apreensão.

O Ministério Público então ofereceu denúncia contra os Vandenilson e Wanderson, recolhendo provas e testemunho das vítimas e pessoas que presenciaram as ações. Considerando os fatos apresentados pela Promotoria, a juíza de Direito Titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Belém, Cristina Sandoval Collyer, condenou os acusados.

A sentença considerou o crime de roubo seguido de assassinato, configurando latrocínio, condenando o réu Vandenilson Nascimento Batista a uma pena de 35 anos 11 meses e 16 dias de prisão e 173 Dias-Multa, enquanto Wanderson Carvalho da Silva foi condenado a uma pena de 39 anos de prisão e 240 Dias-Multa.

Com informações MPPA.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br